



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das Secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

O Município possui centenas de veículos e dezenas de locais onde funcionam as diversas Secretarias, Departamentos, centros de atendimento ao público, além de centros de ensino e de saúde. Estes locais não raramente necessitam do serviço de chaveiro, seja por perda ou extravio das chaves, ou ainda da necessidade de aquisição de cópias de chaves para novos funcionários.

Ainda, cabe salientar que o município não possui profissional capacitado para executar o objeto desse serviço. Os serviços, portanto, deverão ser prestados por empresa(s) especializadas(s).

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Solução 01: Capacitação de servidor próprio e aquisição de materiais: Consiste na qualificação de servidor integrante do quadro da Administração para execução dos serviços de chaveiro, bem como a aquisição de materiais pelo município.

Vantagens: dentre as vantagens podemos citar o baixo custo inicial e o maior controle direto da execução.

Desvantagens: Limitação técnica para serviços mais complexos, como fechadura especiais codificadas e de veículos, dependência de um único servidor capacitado, risco de descontinuidade em casos de férias, afastamento ou exoneração, necessidade de atualização técnica constante, custos indiretos com capacitação e manutenção de equipamentos e responsabilidade integral da Administração por eventuais falhas ou atrasos na execução do serviço.

Solução 02: Contratação de empresa especializada para serviços de chaveiro: A solução consiste na contratação de empresa ou profissional especializado para a execução dos serviços de chaveiro, sob demanda.

Vantagens: como vantagens podemos citar a execução por profissional especializado, com maior qualidade técnica, atendimento imediato, transferência dos riscos a empresa contratada, maior segurança patrimonial, flexibilidade para



atender demandas variáveis e não exige investimentos em capacitação ou aquisição de equipamentos.

Desvantagens: as desvantagens são a dependência de terceiros, necessidade de fiscalização contratual e sujeição aos prazos contratuais.

Solução escolhida: Solução 02, que consiste na **Contratação de empresa especializada para serviços de chaveiro**, considerando que a mostra-se mais adequada quando se priorizam eficiência, continuidade, segurança e qualidade técnica, especialmente diante de demandas variáveis ou que possam envolver maior complexidade.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

O objeto deste Estudo Técnico se enquadra no regime do SIMPLES Nacional (art. 17, §1º, da Lei Complementar 123/2006), facilitando a participação das pequenas empresas.

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (x) Não existe impedimento para micro empresas e empresas terem o benefício do simples nacional, quando o objeto for contratação de serviços de chaveiro.

Não () (justificar)

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (x)

Não () (justificar)

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (x)

Não () (justificar)

Da vedação à subcontratação

Fica vedada a subcontratação, visto que a contratação se trata de serviço especializado, o qual deverá ser realizado pela empresa contratada. Exige a execução direta por profissional ou empresa detentora de qualificação técnica específica, experiência comprovada e responsabilidade integral sobre os serviços prestados.

Nesse contexto, a subcontratação poderia comprometer a execução dos serviços, a padronização, o controle de qualidade e, sobretudo, a segurança institucional, uma vez que terceiros não previamente qualificados poderiam gerar prejuízo aos serviços do município.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

A adesão à Ata de Registro de Preços mostra-se inviável para a Contratação de serviços de chaveiro, pois as atas existentes, em regra, contemplam serviços específicos, os quais podem não atender plenamente às especificações técnicas e às necessidades operacionais do Município.



Além disso, não há garantia de disponibilidade dos quantitativos, tampouco de prazos compatíveis, uma vez que a adesão depende de anuência do órgão gerenciador e do fornecedor. Soma-se a isso o fato de que os preços registrados podem não refletir a melhor vantajosidade no momento da contratação, considerando variações de mercado e custos logísticos.

Por fim, a adesão restringe a autonomia do Município na definição de condições essenciais, como prazos de execução do serviço, garantia e assistência técnica, razão pela qual se mostra mais adequada a realização de procedimento licitatório próprio.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

Pretende-se realizar a licitação de pregão eletrônico, onde a disputa se dará item a item (de forma separada), tratando-se de prestação de mão de obra, material e deslocamento.

Neste caso, a licitação se dará por itens, não será global e não terá seu fornecimento parcelado em cotas, serão exclusivos para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, objetivando fomentar as empresas que estejam sob estes enquadramentos, nos termos da Lei Complementar 123/2006.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

As quantidades foram estimadas com base nas aquisições feitas no Pregão 90055/2024.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O valor estimado para esse processo licitatório é de R\$ 25.679,50 (vinte e cinco mil, seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos). O valor foi estimado com base nos preços registrados na última licitação.

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

FASE DE ANÁLISE:

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor



() Gestão do Contrato

a-) Fase de Planejamento

RISCO 1		
Descrever aqui o risco: Impugnações/fracassos no certame		
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média () Alta
Impacto:	(x) Baixa	() Média () Alta
Dano		
Atraso na licitação/não contratação do objeto.		
Ação Preventiva	Responsável	
Verificar conformidade de ETP e TR.	Departamento de Compras/responsável pela elaboração do ETP, TR e DFD.	
Ação de Contingência	Responsável	
Revisão da documentação do Certame	Departamento de Compras.	
RISCO 2		
Descrever aqui o risco: Especificação dos itens de forma inadequada.		
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média () Alta
Impacto:	(x) Baixa	() Média () Alta
Dano		
Contratação de serviços de baixa qualidade. Impugnação do certame.		
Ação Preventiva	Responsável	
Realizar revisão das especificações técnicas por servidor com experiência. Comparar com licitações de outros órgãos.	Solicitante da demanda.	
Ação de Contingência	Responsável	
Corrigir imediatamente as descrições	Responsável pela demanda.	
RISCO 3		
Descrever aqui o risco: Atraso na prestação do serviço.		
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média () Alta
Dano		
Não atendimento das demandas do município.		
Ação Preventiva	Responsável	
Acompanhamento da fiscalização	Fiscal do contrato.	
Ação de Contingência	Responsável	
Definir penalidades nos documentos de planejamento.	Responsável pela elaboração do ETP, TR e DFD.	

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Tendo em vista as análises acima, temos clara a necessidade de contratar o serviço de chaveiro para as diversas Secretarias, Departamentos e Setores da administração municipal. Para isto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação deste tipo de serviço é a melhor forma de suprir esta necessidade de forma eficaz e com bom aproveitamento dos recursos públicos. Sendo justificável a realização de pregão eletrônico.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação;

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá fornecer diretamente o serviço, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas, de acordo com as nossas necessidades.

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

- Balanço patrimonial, demonstração de resultados de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios financeiros - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

Qualificação Técnica:

Como qualificação técnica será exigido a apresentação de ao menos 1 atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.



A apresentação do atestado de capacidade técnica visa auferir a comprovação de aptidão no fornecimento dos bens objeto do certame.

Qualificação Econômico-Financeira:

As exigências acima têm por finalidade comprovar a boa situação econômico-financeira participantes do certame, assegurando que possuem capacidade para cumprir integralmente as obrigações decorrentes do futuro contrato.

Faz-se necessário a instalação de escritório, visando a celeridade na execução do serviço, objetivando obedecer aos critérios de prazo de entrega estabelecidos.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

(x) SIM

() NÃO

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Qualificação Técnica:

Como qualificação técnica será exigido a apresentação de ao menos 1 atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

A apresentação do atestado de capacidade técnica visa auferir a comprovação de aptidão no fornecimento dos bens objeto do certame.

Qualificação Econômico-Financeira:

As exigências acima têm por finalidade comprovar a boa situação econômico-financeira participantes do certame, assegurando que possuem capacidade para cumprir integralmente as obrigações decorrentes do futuro contrato.

As exigências acima têm por finalidade comprovar a boa situação econômico-financeira participantes do certame, assegurando que possuem capacidade para cumprir integralmente as obrigações decorrentes do futuro contrato.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;



Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88.

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº12.305/2010);

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e

Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº9.933/1999).

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Diante das análises deste ETP, pretende-se a contratação de empresa(s) especializada para o fornecimento de serviços de chaveiro, incluindo a confecção de cópias de chaves de veículos, imóveis e destravamento de fechaduras, para atender todas as necessidades dos órgãos públicos desta municipalidade.

Espera-se garantir a segurança das instalações, equipamentos e veículos, a preservação do patrimônio e as condições de trabalho que favoreçam o bom desenvolvimento das atividades institucionais.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;



Fornecimento parcelado, conforme demanda do município.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Dione Luiz da Silva
Fiscal Administrativo:	Bianca Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Elismara Biz Baggio
Suplentes:	Maycon Willian Bordin

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas, para a viabilidade e contratação desta demanda e não se verificou a necessidade de contratações interdependentes.

15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)
demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2025
- III) Id do item no PCA: 9638,9639,9643,9645 e 9646;
- IV) Classe/Grupo: outros serviços de negócios, técnicos e profissionais;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-201/2026

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☐ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais



- ☐ Serviço comum de engenharia
☐ Serviço especial de Engenharia

- ☒ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
☐ Serviços não contínuos ou contratados por escopo
☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação tem um risco muito baixo de não ser executado ou de gerar prejuízos para a Administração, justificando a dispensa da garantia. A Administração optou por utilizar outras formas de garantia além da garantia de execução, como a comprovação de experiência em atividades similares ou a apresentação de documentos que demonstrem a capacidade financeira da empresa.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para o fornecimento de serviços de chaveiro.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ☒ Pregão, ☒ Tradicional ☐ SRP
☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
☐ Concurso
☐ Leilão
☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
☐ Pré-Qualificação
☐ Procedimento de Manifestação de Interesse.

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
☐ Inexigibilidade de licitação.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Critério de julgamento:

- ☒ (x) menor preço
- ☐ () melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ () técnica e preço
- ☐ () maior retorno econômico
- ☐ () maior desconto
- ☐ () maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ (x) Aberto
- ☐ () Fechado
- ☐ () Aberto e Fechado
- ☐ () Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOS

- ☐ () SIM
- ☒ (x) NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☒ (x) Recursos Próprios
- ☐ () Recursos Estaduais
- ☐ () Recursos Federais

Dois Vizinhos, 14 de abril de 2026.

Elaborado pelo Servidor Caetano Besson Fernandes,
Diretor do Departamento de Compras.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E9C2-A9C3-004B-CCC1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAETANO BESSON FERNANDES (CPF 077.XXX.XXX-29) em 11/05/2026 16:53:06 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 12/05/2026 09:41:42 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ELISMARA BIZ BAGGIO (CPF 007.XXX.XXX-64) em 12/05/2026 15:57:22 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MAYCON WILLIAN BORDIN (CPF 081.XXX.XXX-66) em 14/05/2026 09:59:59 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/E9C2-A9C3-004B-CCC1>